



Presidente p.5

“É preciso não esquecer o que levou ao resgate de 2011”



PSD p.15

PSD condena muros europeus

POVO LIVRE



nº 1889

16 de Setembro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



“ESTAMOS A PENSAR NO FUTURO DE PORTUGAL”

“Maratona Portugal à Frente” está na estrada

PS insiste na receita do desastre



O debate televisivo, transmitido em simultâneo por seis estações de televisão (três em sinal aberto e três do cabo), arrancou às 20h25, do dia 9 de Setembro e foi moderado por três jornalistas, Clara de Sousa (SIC), João Adelino Faria (RTP) e Judite de Sousa (TVI). Durante uma hora e meia, Pedro Passos Coelho e António Costa apresentaram argumentos no Museu da Electricidade, em Lisboa. O presidente do Partido Social Democrata e Primeiro-Ministro sintetizou desta forma o frente-a-frente: António Costa insiste na receita “socrática” que conduziu Portugal ao desastre a partir de 2009.

Pedro Passos Coelho foi o primeiro a falar para sustentar que os portugueses conseguiram ultrapassar um período muito difícil (2011/2014), na sequência da crise internacional e da aplicação do Memorando de Entendimento, abrindo-se agora, “uma janela para futuro” com a consolidação da recuperação económica. O líder do PSD recordou que os países sob assistência financeira, como a Irlanda e Grécia, tiveram piores desempenhos em termos de destruição da riqueza. E lembrou que nos dois executivos socialistas liderados pelo anterior chefe do Governo, entre 2005 e 2011, a dívida cresceu a um ritmo mais acentuado do que na última legislatura.

Passos Coelho considera que é um “desastre” teimar nas obras faraónicas e no despesismo insensato. Essa é, aliás, a nota dominante do programa eleitoral do PS: “O programa do PS actual tem posições parecidas com as do programa de 2009, como o estímulo ao consumo. Essa abordagem está no seu programa eleitoral, mas conduziu o país ao desastre”, afirmou o presidente do PSD.

António Costa comprometeu-se seguir o desbaratar de recursos públicos de José Sócrates e a irresponsabi-



lidade do Syriza na Grécia. Pedro Passos Coelho criticou o “choque do consumo” e o “milagre das rosas”, “como se o país precisasse disso, regressando à abordagem de Sócrates de estímulo à procura”. “Os portugueses sabem a aventura que isso representa”, completou.

O líder do PSD admitiu ainda que “as famílias portuguesas estão angustiadas com a possibilidade de se porem em causa os resultados já alcançados. Os

portugueses olham para o PS e observam um regresso ao passado”, disse. “Continua a não conseguir descolar da herança do passado. Os seus resultados em quatro anos de Governo podem ser sindicados. O senhor está todos os dias a negar a evidência”, advogou Passos Coelho perante o líder socialista.

No frente-a-frente, Pedro Passos Coelho relacionou o actual PS com o tipo de actuação do Governo

de Atenas. “A crítica que o PS dirige às políticas de austeridade do Governo foi muito comum de se ouvir na Grécia pelo Syriza, mas percebe-se que não tem nenhum realismo. O choque com a realidade, a gente percebe qual é. Quando não tem dinheiro tem de meter-se dentro do pouco dinheiro que tem para governar”, disse. Neste ponto, Passos Coelho disse ainda que os socialistas querem, “resistir à realidade, culpando o remédio pela doença”.

Em matéria de segurança social, Passos Coelho afirmou que a coligação propõe um “plafonamento horizontal”, “muito limitado”, que atinge muito poucas pessoas e só novos contratos para futuro”, e alegou que o PS propõe um “plafonamento horizontal” que abrange “toda a gente”, referindo-se à redução temporária das contribuições inscrita no programa dos socialistas.

O Primeiro-Ministro considerou “ridículo” que se procure responsabilizar o PSD pela chegada da “troika” e apontou que “o PS ainda era Governo e já estava a cortar salários. Trata-se de “uma absoluta mistificação estar a querer insistir que a responsabilidade pela vinda da ‘troika’ cabe ao PSD”, pelo que o Primeiro-Ministro retorquiu que “o PS chamou a ‘troika’ no Governo e negociou com ela justamente porque o país tinha perdido o acesso a financiamento”, e enquadró a participação dos sociais-democratas na negociação do programa de resgate. “É verdade que o PSD teve uma reunião com a ‘troika’, em que durante uma hora disse o que pensava. Eu espero que isso tenha servido para alguma coisa na dimensão estrutural do programa, mas não venha inverter as coisas”, disse.

Sobre as eleições presidenciais, Passos Coelho reiterou que será seguida a moção que o PSD aprovou no último Congresso em relação ao perfil do candidato presidencial a apoiar. O presidente do PSD sugeriu ainda às pessoas que se consideram lesadas pelo BES que recorram à justiça, defendendo que o Governo não pode intervir e “os reguladores não se entendem”. “Por lei, são a CMVM e o Banco de Portugal que têm de se entender para encontrar uma situação para estes lesados. Não foi possível até hoje um entendimento entre estas duas entidades. O Governo não pode intervir nesse processo, não está na sua competência intervir, e ainda bem”, frisou.

O líder do PSD concluiu que o debate televisivo com o secretário-geral do PS foi “esclarecedor” de que as visões dos dois partidos são diferentes. “Ficou bem claro e esclarecido que temos realmente duas visões muito diferentes e que os portugueses hoje estão em condições de avaliar”, afirmou Pedro Passos Coelho aos jornalistas no final do debate.

O frente-a-frente foi acompanhado por 3,3 milhões de pessoas. Passos Coelho e António Costa voltarão a encontrar-se num inédito debate radiofónico, a transmitir pela Antena 1, TSF e Rádio Renascença, no dia 17 de Setembro.



Respostas sociais têm que ser “adequadas a outras circunstâncias”



Na cerimónia em que recebeu uma condecoração da Confederação Internacional das Misericórdias, o Primeiro-Ministro antecipa que as respostas sociais dadas durante a crise têm que ser, nos próximos quatro anos, “adequadas a outras circunstâncias e a outros tempos”. A expectativa de Passos Coelho é que Portugal não vai precisar de “tantas cantinas sociais no futuro”, sendo, no entanto, preciso outras respostas sociais importantes. “Os anos que temos pela frente são anos em que a solidariedade tem ainda uma resposta importante a dar, será uma resposta diferente daquela que tivemos nos anos de maiores dificuldades”.

O Primeiro-Ministro destacou o papel das cantinas sociais junto das pessoas que mais precisaram de assistência ao nível alimentar, sublinhando que os próximos quatro anos “apresentam outra perspectiva”. “Temos vindo a observar um crescimento da actividade económica e, portanto, uma resposta mais favorável do ponto de vista da criação de emprego e do emprego sustentável. À medida que perseguirmos este caminho da recuperação é muito natural que, juntamente com outras medidas que estão projectadas, os rendimentos dos portugueses possam vir progressivamente a melhorar e as respostas sociais deste tipo que funcionaram tenham que ser adequadas a outras circunstâncias, a outros tempos”, realçou, durante a cerimónia em que recebeu o grau de mestre maior desta instituição.

“Nós precisamos agora de dirigir a grande parceria que temos e verdadeira com as instituições de solidariedade social, aonde as misericórdias têm um papel de destaque, para outros objectivos que precisamos de alcançar”, acrescentou, afirmando que uma dessas respostas está relacionada com o envelhecimento da população.



No seu discurso, o Primeiro-Ministro referiu ainda que as respostas do Estado para estes problemas “serão demasiado incompletas se não” contarem com as misericórdias portuguesas e com as instituições de solidariedade social.

O presidente da Confederação Internacional das Misericórdias, António Brito, justificou a condecoração de Passos Coelho com “a forma como o Governo português

tem tratado as misericórdias”.

“Obra notável” do empresário Ilídio Pinho

O Primeiro-Ministro elogiou a utilidade pública da carreira empresarial de Ilídio Pinho e a “lição de vida” da sua determinação. Passos Coelho falava na Universidade de Aveiro, dia 10, “no lançamento da biografia do empresário, com uma vida dedicada às empresas e à economia, mas também à sua terra e aos portugueses”. “Trabalhar muito e ter talento não basta. É preciso saber o que queremos, traçar o caminho e depois se verá se chegamos ao resultado que queremos”, disse Passos Coelho, considerando essa uma das lições de vida de Ilídio Pinho que tem presente.

O Primeiro-Ministro elogiou a “obra notável” do empresário, não apenas enquanto gestor de empresas, mas também na Fundação que criou em homenagem ao seu filho falecido, que tem apoiado os estudantes com bolsas de estudo e “os mais jovens a se prepararem para agarrar as oportunidades, através do programa “Ciência na escola”. “Não sendo um político e sem filiação partidária, Ilídio Pinho dedica parte do seu tempo à utilidade pública que a política deve ter como centro”, afirmou.

Considerando que “a sociedade democrática, por ser inclusiva, é a que mais propicia a revelação dos talentos”, o Primeiro-Ministro concluiu que “Portugal precisa de gente com talento e preparada, que acrescente valor às oportunidades, mas também de instituições sólidas e regras claras, e empresários que olhem para as suas empresas com utilidade pública, não apenas económica, mas de engrandecer o que se faz”.

Ilídio Pinho referiu ter acedido a deixar em livro “a história de alguém que nasceu provinciano, criado em tempo de guerra, em que era preciso produzir e poupar, quando as estradas eram caminhos, o horário de trabalho não existia e o analfabetismo imperava”, para que a sua experiência fique disponível “àqueles que

querem ser úteis”, para que “possam não cometer os erros” que lhe serviram de aprendizagem. Sobre as suas memórias, compiladas no livro “Ilídio Pinho: Uma via. O empresário e a utilidade pública”, disse esperar que os ensinamentos do que realizou e aprendeu “proveitem à formação das gerações futuras, para que possa resultar um Portugal melhor e mais capaz, com uma cultura científica e empreendedora”.

O presidente do PSD no jantar da coligação em Lisboa

“É preciso não esquecer o que levou ao resgate de 2011”



O presidente do PSD declarou que não esteve “de faxina” a preparar o regresso do PS, associou os socialistas a um regresso do FMI e avisou que está “com muita força”. “Aqueles que pensam que estivemos de faxina para lhes facilitar o regresso, estão enganados. Nós não estivemos de faxina, nós estamos há quatro anos a preparar o futuro de Portugal, não é o regresso ao passado do socialismo em Portugal”, declarou Passos Coelho, num jantar comício da coligação PSD/CDS-PP, no Centro de Congressos de Lisboa, dia 10.

Antes, Passos Coelho pediu “condições para governar” mais quatro anos, sugerindo que o regresso do PS ao poder conduzirá a um novo pedido de resgate ao Fundo Monetário Internacional (FMI). “O pior que pode acontecer a um país é a chamada política do ioiô, ora vai para baixo, ora vem para cima, ora se chama o FMI, ora se estimula o consumo e a procura interna para voltar a chamar o FMI passados mais uns anos. Essa política não é uma política que respeite os portugueses, que respeite a velha nação que nós somos, não é uma política que garanta aos jovens e a todos os portugueses o futuro digno que eles merecem”, afirmou.

Neste jantar-comício, que juntou três mil e quinhentas pessoas, o líder social-democrata comparou resultados desta legislatura com os da anterior governação socialista e defendeu que é preciso não esquecer o que levou ao resgate de 2011. Pedro Passos Coelho chegou ao Centro de Congressos de Lisboa entrou no recinto com Paulo Portas ao seu lado, rodeado de apoiantes com bandeiras brancas, azuis e cor de laranja da coligação Portugal à Frente.

Passos Coelho invocou as políticas dos últimos quatro anos, e assegurou mais justiça social se voltar a formar Governo. “Nós



não iremos julgar politicamente duas vezes os mesmos responsáveis, mas, se não queremos voltar ao princípio e desperdiçar os sacrifícios que fizemos, é bom não nos esquecermos do que é que nos trouxe àquele choque brutal de realidade de 2011. [...] A sociedade de privilégio começou a ceder com este Governo. E garantimos que, se nestes quatro anos conseguimos afrontar tanto privilégio e incomodar tantos proteccionistas em Portugal, dêem-nos mais quatro anos em Portugal e verão como nós conseguiremos, não apenas melhores resultados para o crescimento, mas mais justiça social em Portugal. E então tiraremos a prova dos nós entre aqueles que usam e abusam do nome do povo e da liberdade a pensar das eleições, e aqueles que governam a pensar no povo, a pensar nos portugueses e a pensar no futuro”, afirmou.

No que respeita ao emprego, o chefe do executivo introduziu o tema atribuindo responsabilidades aos governos do PS: “Eu sei que hoje em dia há gente que tem uma certa tendência para ficar com a memória muito curta e que, portanto, acham que foi o desemprego gerado pela crise de 2011 a 2013 que trouxe o infortúnio às gerações mais velhas e àqueles que aguardavam a sua possibilidade de entrar no mercado de emprego, mas não foi. Na verdade, o desemprego em Portugal aumentou sustentadamente em anos de suposta abundância. De 2005 a 2011, o desemprego aumentou sempre”.

Depois, enalteceu a actuação do seu Governo nesta matéria: “Deixem-me dizer-vos como é que nós temos resolvido o problema do desemprego nestes anos. Em primeiro lugar, tivemos políticas activas de emprego bem-sucedidas, não vale a pena dizer que não vale a pena gastar dinheiro em estágios. Perguntem aos jovens portugueses que encontrarem emprego em Portugal porque fizeram um estágio se vale ou não vale a pena pagar e financiar esses estágios”.

O presidente do PSD apontou as “opções vocacionais” introduzidas no ensino secundário e reforma do IRC como outras medidas que contribuíram para o aumento do emprego. Em seguida, elogiou a política do seu executivo para a ciência, alegando que foi desenvolvido “um trabalho na área da inovação e da ciência como nunca tinha sido feito em Portugal”.

“Sabemos muito bem como é que devemos atacar o desemprego no futuro, como é que devemos apostar na ciência e no conhecimento no futuro, como é que podemos ter uma economia ao mesmo tempo mais azul e mais verde, isto é, mais ligada ao mar e às tecnologias limpas”, concluiu. “Nós hoje sabemos, porque já o fizemos, nós sabemos o que vamos fazer nos próximos quatro anos, porque nós temos connosco a chave do bom resultado que tivemos nestes quatro anos”, reforçou. Elogiou a política do seu executivo para a ciência, alegando que foi desenvolvido “um trabalho na área da inovação e da ciência como nunca tinha sido feito em Portugal”.

No final de um discurso de cerca de 35 minutos, o presidente do PSD realçou: “E aqueles que pensam que também que, por isso, nos esgotámos, que estamos cansados, que não temos uma ideia para futuro, podem pensar isso para sua auto-satisfação, mas preparem-se bem, porque aqui mora muita força, muita determinação, muitas ideias e muito futuro para Portugal”.

Estiveram neste jantar, os militantes Nuno Morais Sarmiento e José Luís Arnaut, a presidente cessante da Assembleia da República, Assunção Esteves, bem como os ministros Paula Teixeira da Cruz e Luís Marques Guedes, que são candidatos a deputados por Lisboa, Nuno Crato e Anabela Rodrigues. Marco António Costa, Teresa Leal Coelho, Pedro Mota Soares e Teresa Morais também marcaram presença neste jantar.



Início da Maratona “Portugal à Frente”

“Estamos a pensar no futuro de Portugal”



No primeiro dia da “Maratona Portugal à Frente”, sábado, dia 12 de Setembro, a coligação deslocou-se ao Mercado Municipal de Braga. Passos Coelho considerou que “foi um dia cheio de emoções, mas também de grande apoio”, de “um bom começo”. Perante os lesados do BES, o líder do PSD garantiu que está disponível para organizar uma subscrição pública para auxiliar os lesados do papel comercial do Grupo Espírito Santo (GES) sem recursos económicos para recorrerem aos tribunais.

Em Vila Verde, o candidato a Primeiro-Ministro acusou os partidos à esquerda de só se entenderem quando é para falar de “irrealismo” e para fazer promessas “que sabem não poder cumprir”. Passos Coelho voltou a apontar os empregos criados pelo actual Governo como um exemplo do que um caminho de “rigor e exigência” pode atingir. “Às vezes olhamos para os partidos à esquerda da coligação ‘Portugal à Frente’ e vemos bem quando é que eles se entendem e quando não se entendem. Quando se trata de falar de irrealismo e de prometer o que sabem que não podem cumprir estão todos de acordo”, afirmou. “Mas depois, quando se trata de saber o que fazer em concreto e começar a contar os votos que cada um deve ter, ai eles não se entendem. Não conseguimos ainda dar emprego a todos aqueles que o perderam já conseguimos criar metade do emprego e tenho a certeza que nos próximos quatro anos, se continuarmos o nosso caminho, de rigor e exigência mas também de aposta na Educação, na Saúde, na Ciência, trabalharmos cada vez mais e melhor, não tenho dúvida que aquilo que hoje podemos, mais do que podemos há quatro anos, será muito mais ainda daqui a quatro, se não hesitarmos”, disse.

Em Barcelos, num almoço com 1500 apoiantes, Passos Coelho questionou o PS sobre se “não aprendeu nada” com o passado e reafirmou a necessidade de reformar a Segurança Social para que as pensões atuais e futuras



sejam pagas sem que o país tenha que pedir “mais um resgate”. Por sua vez, Paulo Portas referiu entender que a recuperação económica incomode os socialistas e realçou que a escolha no dia 4 de Outubro será entre um projecto viável, o da coligação, e um impossível, o dos socialistas, apelando ainda a uma “maioria estável” e que dê ao país uma governação firme.

Passos Coelho acusou o PS de não ter negociado a

reforma da Segurança Social por medo das eleições e de querer fazer “experiências perigosas” ao ir buscar dinheiro aquele sistema para estimular o consumo. “Cada vez que ouço o PS dizer que quer ir à custa da Segurança Social arranjar dinheiro para dar às pessoas, porque isso é importante, arripio-me todo”, afirmou Passos Coelho questionando “como é que é possível que alguém que reconhece a falta de dinheiro na Segurança Social, arrisca



depois abrir um buraco, que só em quatro anos será de perto de seis mil milhões de euros, só em 4 anos”.

Porto: Os profetas da desgraça” que “lavam as mãos do que aconteceu em 2011”

O arranque da pré-campanha da coligação PSD/CDS-PP prosseguiu durante a tarde para uma arruada pelo centro da Póvoa de Varzim, distrito do Porto, na qual Passos Coelho e Paulo Portas foram recebidos em ambiente de festa, tendo chegado a ser levantados em ombros pelos apoiantes. No final da arruada - e antes de seguirem para uma reunião com empresários num hotel do Porto - os líderes do PSD e do CDS-PP subiram para um banco de rua e dirigiram umas breves palavras aos presentes, agradecendo a recepção. “Vai ser uma grande estreia desta pré-campanha, vamos fazer um grande final hoje também [jantar da coligação na Alfândega do Porto] para marcar esta memória de que não estamos

aqui a olhar para trás, estamos aqui a olhar e a pensar no futuro do país”, garantiu Passos Coelho.

Já Paulo Portas usou a história e a memória: “como diziam antigamente os pescadores da Póvoa, Ala-Arriba”, expressão que significa força, para cima. A comitiva percorreu uma rua pedonal no centro da Póvoa de Varzim e os líderes foram cumprimentando, falando e respondendo às pessoas que os conseguiram abordar, ao som dos tradicionais cânticos das máquinas partidárias, nos quais os nomes dos líderes dos partidos e a palavra Portugal imperaram.

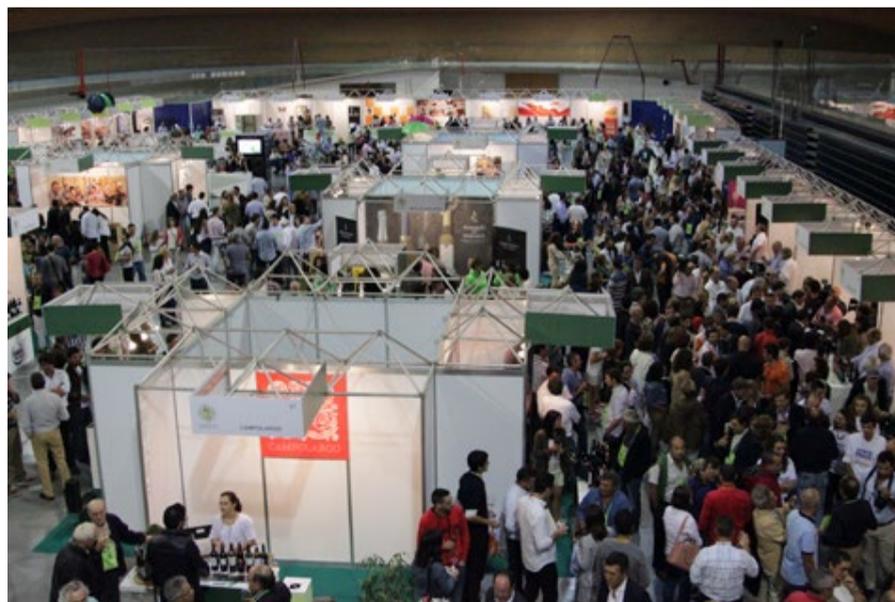
Num jantar na Alfândega do Porto, Pedro Passos Coelho comparou a proposta do PS de estímulo à economia à custa da Segurança Social com as SCUT, acusando os socialistas de dizer aos portugueses “leve agora este programa, depois paga”. “O programa de estímulo à economia à custa da Segurança Social parece hoje aquilo que nos venderam no passado com as SCUT. Não tem custos, a factura virá depois, de preferência com outro Governo. E querem fazer portanto com a Segurança Social e com o seu novo programa para Portugal o que já fizeram antes, dizer aos portugueses: leve agora este

programa, depois paga”, acusou.

Passos Coelho dispensou parte do seu discurso a dirigir-se aos “profetas da desgraça” que hoje “lavam as mãos do que aconteceu em 2011”. “Lembram-se, fui eu que chamei a ‘troika’. Houve essa revelação ao país, esta epifania ao fim de quatro anos e meio. Foi Pedro Passos Coelho quem chamou a ‘troika’ a Portugal e quem se satisfiz com tal resultado”, ironizou o Primeiro-Ministro, perante uma gargalhada da audiência, numa referência ao debate com António Costa.

Passos Coelho acusou assim a oposição de não assumir “a sua própria responsabilidade”, de quer “atirar a crise para aqueles que a venceram e atirou: “ainda se propõem serem levados a sério apresentando-se aos portugueses com a mesma receita, a mesma receita que nos trouxe ao colapso em 2011”. “Nos primeiros dois anos do choque com a realidade que nos foi deixada pela crise, nós perdemos em Portugal quase 400 mil empregos. E nestes dois anos já conseguimos que a nossa economia criasse mais de 200 mil e mais estão a ser criados e mais serão criados no próximo ano”, disse.

Passos Coelho questionou ainda se haverá “forma





mais honrada, compromisso mais sério” do que fazer aquilo que os adversários acusaram a maioria “de ser impossível de conseguir, mas que os portugueses se esforçaram” para que fosse possível “dar a volta à crise e pôr o país a crescer e a criar emprego”.

“Hoje posso dizer a todos esses profetas, que no fundo não queriam enfrentar-nos nestas eleições, sabendo que nós cumprimos e que vaticinaram com palavras fortes durante todos estes anos que o país não iria conseguir, que íamos ficar presos ao passado, à crise e à austeridade: palavras leva-as o vento, mas as acções dos portugueses e do Governo ficaram para as próximas eleições poderem ser julgadas enquanto tal”, enfatizou. Para o líder do PSD, “o maior compromisso e mais importante que se esperaria” da coligação à frente do Governo de Portugal foi PSD e do CDS-PP terem conseguido “cumprir e dar a Portugal como era sua obrigação”.

Paulo Portas reiterou que com a coligação “não há risco de uma ‘troika’ qualquer voltar a Portugal”, aconselhando os indecisos a “acrescentar certeza política” com o aumento da incerteza económica mundial. “O conselho que dou do ponto da vista da escolha dos portugueses é muito simples: quanto mais houver sinais de incerteza económica no mundo, mais os portugueses devem acrescentar certeza política à situação em Portugal”, disse Paulo Portas, dirigindo-se aos indecisos nestas eleições legislativas, no discurso do jantar de pré-campanha da coligação, que hoje decorre na Alfândega do Porto. “Conosco não há novos resgates, conosco haverá capacidade para melhorar os salários da função pública, garantir a integridade das pensões, eliminar progressivamente a sobretaxa, continuar a redução do IRC para garantir o investimento e o emprego e melhorar as políticas de apoio à família. Vão por este caminho, não arrisquem voltar ao caminho que levou a 2011”, apelou.

Paulo Portas deixou ainda a promessa de que “com gradualismo e progressivamente é possível melhorar os rendimentos e moderar os impostos” porque esta maioria controla o défice e a dívida. “Aqueles que prometem tudo a todos e depois disparam o défice e a dívida ou estão iludidos ou estão a mentir”, condenou.

O líder do CDS-PP considerou que “sobre herança,

a única coisa que é relevante é que Governo não se esqueceu que chegou em 2011 e “encontrou Portugal em situação de emergência, a casa estava literalmente a arder”. “Digo com a força toda da minha alma de português a mesma coisa que disse em 2011: eu farei tudo o que estiver ao meu alcance para que a terceira vez em 40 anos da democracia em que tivemos o FMI em Portugal tenha sido mesmo a última vez”, prometeu.

Portas admitiu que a personalidade política que mais o marcou foi Francisco Sá Carneiro e recordou o caminho difícil e com sofrimento que os portugueses fizeram, detalhando que a causa da recessão veio com o resgate e a causa da retoma com as medidas do Governo. Paulo Portas citou ainda Agustina Bessa Luís: “O país não precisa tanto de quem diga o que está errado, o país precisa mais de quem saiba o que está certo”.

Aveiro: Subida do emprego deve-se às “políticas que levámos a cabo”

A “maratona” de Passos Coelho e Paulo Portas levou-os a visitar no Domingo, 13 de Setembro, a mostra de Vinhos e Sabores da Bairrada, no Velódromo de Sangalhos, distrito de Aveiro. Depois do contacto com a população em Espinho, e na Praia do Furadouro, em Ovar, Passos Coelho esteve na mostra de vinhos de Sangalhos, justificada com “o intuito de assinalar que é uma das áreas em que Portugal progrediu extraordinariamente, de alguns anos a esta parte”. “Houve um esforço feito ao nível da formação dos enólogos, de investimento dos principais produtores e na qualificação de toda a matéria-prima, que permite ter hoje não apenas um bom produto, de norte a sul do país, mas também uma exportação muito significativa”, salientou o líder do PSD.

Passos Coelho destacou o mérito das universidades, particularizando a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para elevar a qualidade dos vinhos portugueses. Elogiou igualmente os produtores “que investiram na qualidade dos seus produtos, portanto na qualidade das exportações”. “Os nossos vinhos têm hoje um espaço e

disputam com os melhores vinhos do mundo em qualidade e preço”, sublinhou.

À noite, num encontro com jovens, em Albergaria-a-Velha, o líder da coligação lembrou que a descida do desemprego “não é por acaso”, mas em resultado das políticas do seu governo. “A subida do emprego não caiu do céu e a razão de ser foram as políticas que levámos a cabo”, disse, questionando os que acusam de desperdício de dinheiro com estágios profissionais se não consideram as políticas activas de emprego imprescindíveis”. Políticas essas cujo sucesso só pode ser negado por sectarismo, segundo Passos Coelho, já que “só houve financiamento a empresas que se compro-



meteram a empregar um terço dos estagiários e outro terço, se está a fazer descontos para a segurança social não é por estarem desempregados”.

“Fomos nós que introduzimos o ensino vocacional no secundário, em que jovens podem ter emprego. Muito abandono escolar gerava desemprego ou baixos salários e são já mais de 10 mil empresas que acolhem alunos do ensino vocacional e milhares os que passaram a ter emprego por essa via”, acrescentou.

Passos Coelho recordou que o governo não esteve apenas a enfrentar a crise, mas também a preparar o futuro: “mesmo no meio das dificuldades e sob a acusação de estarmos a destruir a escola pública, conseguimos nestes anos o aumento da escolaridade para os 12 anos, prometido em 2005 por um governo socialista, e saíram este ano do secundário os primeiros alunos com 12 anos de escolaridade obrigatória que se candidataram ao ensino superior, sendo mais 11 por cento que no ano anterior”.

Já Paulo Portas aconselhou os jovens a reter do passado que “os socialistas hipotecaram o seu futuro quando fizeram subir a dívida, que é sempre um imposto futuro que não foi autorizado pelas gerações que o vão pagar”. Sobre o presente afirmou que, “apesar dos socialistas terem deixado o resgate, o memorando, a ‘troika’ e a recessão, o país foi capaz de passar para um ciclo de crescimento, com criação de emprego, mais empresas a nascerem devido às políticas de apoio ao empreendedorismo, sinais interessantes no investimento e as exportações a baterem recordes”. Quanto ao futuro, os jovens têm na sua opção de voto duas escolhas: ou na coligação, “que propõe a redução significativa da dívida pública, na casa dos 107 por cento no final da legislatura, ou o PS que a quer aumentar outra vez”. Paulo Portas invocou os “perigos” do voto à esquerda, socorrendo-se da comparação com a Grécia: “da esquerda andaram a dizer aos jovens que com o Syriza é que era... Esse modelo de governação significou que a confiança ficou arruinada, os milionários tiraram o dinheiro dos bancos, classe média foi fazer fila no multibanco e os que disseram não à austeridade têm-na no triplo”.

Cabe à Comissão Europeia ver se Alemanha cumpre Schengen

Passos Coelho afirmou que compete à Comissão Europeia avaliar se a Alemanha está a cumprir as regras ao suspender o acordo de Schengen, mas admitiu que possa ser uma necessidade temporária. “O acordo de Schengen prevê que, por razões de segurança e em circunstâncias excepcionais, possa temporariamente ser levantado o acordo. É preciso agora averiguar se, nas presentes circunstâncias, as regras previstas estão a ser respeitadas e compete à Comissão Europeia fazer essa avaliação”, disse. Passos Coelho reafirmou que “a Europa tem um problema e os países precisam de fazer mais pelo acolhimento de refugiados, mas é preciso que isso seja feito em condições de segurança”. “Esse não é um processo fácil quando há uma avalanche de refugiados que têm entrada para a Alemanha e para a Áustria. A Alemanha tem uma posição muito aberta para acolher refugiados, mas é natural que também por razões de segurança, seja necessário temporariamente proceder a medidas que permitam identificar as pessoas e preparar o seu acolhimento” afirmou.

Segundo Passos Coelho, “a imagem que a Europa deve dar ao mundo é a de que vai fazer o acolhimento destes refugiados, com dignidade e segurança para o espaço europeu, que procuram na Europa um espaço de segurança a fugir à Guerra”.

Quanto à suspensão do acordo de Schengen pela Alemanha voltou a insistir que cabe à Comissão Europeia avaliar: “Cabe à Comissão Europeia verificar os termos em que a Alemanha decidiu unilateralmente suspender o acordo, mas admito que o afluxo anormalmente elevado que se está a verificar, sem qualquer controlo, nomeadamente entre a Áustria e a Alemanha possa ocasionar a necessidade de se fazer uma suspensão temporária”, disse.

O Primeiro-Ministro considerou, contudo, que tal “só é admissível para acolher as pessoas em condições de dignidade e garantir que no meio desse fluxo não



venham outros elementos que, não estando identificados, podem por em causa a segurança dos países de acolhimento e dos próprios refugiados". Passos Coelho assumiu essa posição enquanto primeiro-ministro, suspendendo por momentos a condição de candidato em pré-campanha, quando se encontrava em Águeda de visita à Festa do Leitão.

Lisboa: Com a coligação "não haverá riscos para o Estado Social"

Durante um almoço com associações, em Paço de Arcos, no concelho de Oeiras, segunda-feira, o líder social-democrata afirmou que enquanto chefe do Governo pode encarar os portugueses com "as costas direitas e a cabeça levantada", insistindo que não é responsável, nem pode ser responsabilizado pelo tempo de 2011. "Como chefe do Governo hoje encaro os portugueses, aqueles que gostam de mim e os que não gostam, os que votaram em mim e os que não votaram, nem em mim, nem no doutor Paulo Portas há quatro anos atrás e posso encará-los com as costas direitas e a cabeça levantada", afirmou o presidente do PSD.

Naquela que foi a segunda acção de pré-campanha do dia da coligação PSD/CDS-PP, Passos Coelho voltou a "prestar contas" sobre o que aconteceu nos últimos quatro anos, lembrando o país que herdou em 2011, com um Estado em pré-bancarota e insistindo que o actual executivo não escolheu "o ponto de partida": "não sou responsável, nem posso ser responsabilizado pelo tempo de 2011", frisou.

Passos Coelho voltou a deixar críticas aos socialistas, referindo-se às "pessoas que são atacadas de uma memória histórica muito peculiar e que resolveram encarar a história passada de forma muito diversa daquela que nós recordamos". "Aqueles que não gostam de nós, não gostam também que recordemos o nosso ponto de partida, mas é importante porque qualquer pessoa isenta e não-partidária sabe que o caminho que fizemos não é independente do ponto de partida", disse, justificando o 'regresso' ao passado do discurso da coligação com a necessidade de não regressar a esse mesmo passado.

Na sua intervenção, quase em jeito de resposta a uma reformada que o abordou à entrada para o almoço, Passos Coelho falou ainda do Estado Social, assegurando que com a coligação "não haverá riscos para o Estado Social". Na conversa com a antiga funcionária pública, "encarregada de serviço durante 20 anos" e agora "reformada por doença", o líder do PSD tentou responder aos 'ataques' e críticas sobre os cortes nas pensões. "A senhora pode ter as simpatias que quiser, mas não podemos fugir à verdade dos factos: hoje tenho a certeza que pode escolher com mais liberdade do que tínhamos em 2011", replicou Passos Coelho.

Setúbal: Propostas da coligação são as melhores

Durante uma visita à empresa Comimba, do grupo Riberlves, na Moita, distrito de Setúbal, o líder do PSD, manifestou que prefere perder as eleições a "ganhar de qualquer maneira", referindo que há um ano todos achavam que a oposição ia ganhar e que agora os resultados "estão em aberto". "Há um ano todos achavam que a oposição só podia ganhar as eleições e agora parece que o resultado está em aberto. Ter alguma humildade a olhar para as eleições não é uma abordagem errada". Porque o mais importante é mostrar que as propostas da coligação são as melhores, afirmando que as eleições "não são o fim do mundo". "É preferível olhar para o futuro com convicção que temos as propostas certas do que andar a correr atrás de foguetes e a prometer tudo e receitas a mais para ganhar as eleições e depois ter que amargar no dia a seguir. Prefiro perder as eleições do que ganhar de qualquer maneira e depois passar uma factura demasiado cara aos portugueses", defendeu.

Sobre um possível pedido de isenção de taxas dos lesados do BES, Passos Coelho defendeu que no país nenhum cidadão fica impedido de recorrer à justiça por





aumento da capacidade de recepção de carga, desde que existe investimento privado. “Se houve interesse privado para investir nessa capacidade, uma vez que o Estado considera que aqui pode ser explorada e os municípios também, estamos abertos a receber esse investimento para aumentar a nossa capacidade de recepção de carga, seja destinada ao ‘hinterland’ ibérico seja para retransportar para outras partes da Europa”.

PS regressou à “velha política” de irritação com jornalistas

O presidente do PSD acusou o PS de ter voltado à “velha política” de irritação com os jornalistas, e questionou o que aconteceria se fosse a coligação no poder a censurar perguntas da comunicação social. Numa conferência com membros das estruturas de trabalhadores sociais-democratas e democratas-cristãos, na União de Associações do Comércio e Serviços, em Lisboa, Passos Coelho interrogou o que aconteceria se fosse a coligação PSD/CDS-PP, “ao fim destes quatro anos de vida tão difícil, a censurar os órgãos de comunicação social ou os jornalistas pelas perguntas que fazem ou insinuando ao serviço de quem estão”. “Isso faz-nos lembrar alguma coisa: uma política a que não queremos regressar e a que não regressaremos”, reforçou.



questões económicas. “Nós temos um regime de acesso ao direito que garante que ninguém, por razões económicas, deixa de recorrer aos tribunais. Todos os anos o Estado paga muitos milhões de euros para garantir o acesso de todos ao Direito”, defendeu.

Durante a visita à empresa que se dedica ao sector do bacalhau e que tem cerca de 280 trabalhadores, com um volume de negócios de cerca de 145 milhões de euros, Passos Coelho salientou a importância de se cumprirem as quotas no pescado, como o caso da sardinha. Depois da visita à empresa localizada na Moita, Passos Coelho deslocou-se ao Seixal para visitar a Siderurgia Nacional, sempre acompanhado pela cabeça de lista da coligação

no distrito de Setúbal, Maria Luís Albuquerque.

Pedro Passos Coelho mostrou-se também favorável a um aumento da capacidade de recepção de carga, pela via portuária, na área de Lisboa, desde que haja interesse privado em investir. Cinco consórcios apresentaram propostas no concurso internacional para a realização do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do futuro terminal de contentores de Lisboa, no Barreiro. As propostas serão agora analisadas e devem ser conhecidos os resultados durante este mês, com o território da Baía do Tejo, no Barreiro, a ser o local estudado para receber o novo terminal de contentores.

Passos Coelho defende que se deve avançar num

Marcelo Rebelo de Sousa: Escolha é entre o “bom senso” e “um cheque em branco”

O antigo presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou na segunda-feira que a escolha nas legislativas é entre a “proposta de bom senso” da coligação “Portugal à Frente” (PSD/CDS-PP) e “um cheque em branco” do PS. “Entre uma proposta que é uma proposta de bom senso, de segurança, de realismo no mundo e na Europa que vivemos, e uma proposta que é um cheque em branco, que não sabemos quem é que vai preencher e com que montante e com que prazo de pagamento, naturalmente que a primeira via, que é a via da coligação protagonizada por quem ao longo dos últimos quatro

anos e meio esteve num combate interno e no combate internacional complexo pelo país, é essa, a meu ver, a via mais segura, mais sensata, mais ponderada para o futuro de Portugal”, declarou Marcelo Rebelo de Sousa.

Marcelo Rebelo de Sousa discursava num jantar-conferência na Marinha Grande, Leiria, no âmbito de uma iniciativa da concelhia local do PSD, integrada na campanha distrital da coligação. Perante cerca de 250 pessoas, o professor universitário declarou que no “momento em que o mundo está como está e a Europa está como está”, existe de “um lado um caminho de segurança, noutro lado um caminho de incógnita, um caminho de incerteza, um caminho de ponto de interrogação”.

“E a pergunta é a seguinte, num tempo destes, é de jogar pelo seguro ou é o de apostar na incógnita e logo se vê”, questionou, defendendo que “a governabilidade do país é essencial” e que “a economia cresce mais e cria mais emprego” também devido à “situação de estabilidade do país”. De acordo com o professor universitário, “os portugueses sabem que a pior coisa que poderia haver nos próximos anos” era ingovernabilidade, “governos a caírem uns atrás dos outros”, voltar-se “à experiência de governos de ano e meio ou de um ano, ou até de meses” com “uma crispação e uma rigidez no diálogo entre os partidos políticos”.

Marcelo Rebelo de Sousa acrescentou que “a grande interrogação em relação a António Costa é dupla, primeira é saber naqueles domínios em que não fez promessas como é que vai depois definir a política e daí o cheque em branco” e “naqueles em que assumiu promessas como é que no mundo e na Europa como estão hoje consegue cumprir as promessas em dois anos”, observou. “E, depois, sobretudo com que apoio, se for minoritário”, referiu, considerando que o secretário-geral do PS e candidato a primeiro-ministro, António Costa, “sabendo que é inevitável ter de governar ao centro, faz um piscar de olho à esquerda, precisa dos votos à esquerda para depois poder governar ao centro”.

No discurso, Marcelo Rebelo de Sousa garantiu que a participação nesta iniciativa na Marinha Grande foi uma excepção nas legislativas deste ano, adiantando que apenas vai marcar presença em duas acções de campanha no seu distrito, Braga.



SOMOS MAIS



MARATONA PORTUGAL À FRENTE



“Maratona Portugal à Frente” já está na estrada

A coligação foi para a estrada no sábado, em Braga, mas o arranque do período oficial de campanha, dia 20, irá ocorrer no distrito de Lisboa, e o encerramento terá lugar na capital. O plano da “Maratona Portugal à Frente”, apresentado à comunicação social, inclui três comícios de rua, em Vila Real, no Porto, e em Lisboa, círculo pelo qual o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, é cabeça de lista, e Paulo Portas é o número dois.

Segundo o director de campanha da coligação “Portugal à Frente”, José Matos Rosa, em regra, haverá diariamente almoços e jantares com intervenções de Passos Coelho e de Portas, e serão frequentes os encontros com associações, jovens, mulheres, sindicalistas e autarcas.

Em declarações aos jornalistas, na sede de campanha da coligação, em Lisboa, Matos Rosa afirmou que PSD e CDS-PP vão fazer “uma campanha de olhos nos olhos”, com “presenças regulares dos dois líderes nas redes sociais”, a começar por uma declaração de Passos Coelho gravada em vídeo. Quanto à propaganda própria do momento eleitoral, disse que foram enviadas cartas aos eleitores residentes no estrangeiro, para as moradas cedidas pelo Ministério da Administração Interna, e que os residentes em Portugal também receberão panfletos desdobráveis no correio. Nas acções de rua, serão distribuídas canetas, bandeiras, leques e cachecóis. No período oficial, a caravana da coligação PSD/CDS-PP vai percorrer os distritos de Lisboa, Beja, Faro, Setúbal, Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Porto, regressando depois a Braga, prosseguindo para Leiria, Coimbra e Viseu, e depois voltando ao Porto e a Lisboa, onde será feito o comício de encerramento. O plano que foi apresentado abrange 21 dias, oito a mais do que os treze do período oficial, que começa a 20 de Setembro, e termina a 2 de Outubro de 2015.



PSD condena muros europeus

O líder parlamentar do PSD condenou a construção de muros no espaço europeu e defendeu que os refugiados devem ser acolhidos com urgência pela União Europeia, tendo em conta as capacidades de cada país, sem quotas. “Estas pessoas fogem da morte e gritam por socorro para sobreviverem às mãos de conflitos desumanos. Acolher estas pessoas no nosso espaço de paz é, pois, um imperativo de solidariedade e de humanismo. Fá-lo-emos com todo empenho na Europa, e fá-lo-emos também em Portugal. Teremos de o fazer também com sentido de urgência, e com partilha de responsabilidades”, afirmou Luís Montenegro, numa declaração política no Parlamento, em nome do PSD, dia 9.

Quanto aos refugiados a acolher por cada Estado-membro, acrescentou: “Do nosso ponto de vista, não faz sentido falar em quotas. O que faz sentido é que, no plano europeu, se reúnam as respostas que cada país pode dar e se acertem e quantifiquem as capacidades de cada um. A resposta europeia deve, por isso, ser global e estruturada. E a Portugal deve corresponder o esforço possível, seja esse esforço 2000, 3000, 5000 ou mais refugiados que possamos vir a acolher”. Em seguida, Luís Montenegro referiu que o PSD não se revê “na política de se erguerem novos muros na Europa”, definindo a Europa como “a pátria da inclusão” e “da paz e da solidariedade”.

No final da sua intervenção, o líder parlamentar do PSD defendeu que não basta prestar ajuda humanitária: “A Europa terá de intervir mais nos países de origem destes refugiados e ser indutora, parceira da construção da paz e do desenvolvimento desses territórios, seja na Síria, seja na Líbia, seja no Afeganistão, seja no Iraque, lá onde a guerra teima em não acabar”.

Luís Montenegro qualificou o actual fluxo de pessoas para o espaço europeu como “uma grave crise humanitária”, referindo que estão em causa “refugiados, homens, mulheres e crianças, que fogem da guerra e da perseguição”.

“Estas pessoas não procuram uma migração económica, não vêm em busca de melhores condições de vida. Estas pessoas fogem da morte e gritam por socorro para sobreviverem às mãos de conflitos desumanos”, reforçou.

Quanto à actuação das autoridades portuguesas, considerou que deve envolver “as autarquias locais, as instituições sociais e religiosas” e ter a preocupação de integrar os refugiados: “Não basta acolher estas pessoas, é determinante integrá-las, dar-lhes condições de inserção nos principais sistemas públicas de educação, de saúde, no mercado de trabalho, etc.”.

“Cremos que o grupo de trabalho criado pelo Governo, a cooperação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com outras organizações, o nosso próprio sentido de convergência, o possível sentido de convergência aqui neste parlamento, são alicerces da ajuda e da solidariedade de Portugal”, destacou.

Construção de navios em Viana do Castelo vai criar emprego

O ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, afirmou hoje que a aprovação do Tribunal de Contas do contrato para a construção de dois navios-patrolha oceânicos em Viana do Castelo vai possibilitar gerar mais emprego. “A construção de mais dois navios patrulha oceânicos em Viana do Castelo é a expressão da manutenção da construção naval em Viana do Castelo, como nós sempre dissemos, e mais importante, vai possibilitar ainda criar mais emprego, porque vai gerar mais emprego”, afirmou o ministro em declarações à Lusa à margem da apresentação do livro “A Defesa de Portugal 2015”, em Oeiras.

O Tribunal de Contas aprovou o contrato para a construção de dois navios-patrolha oceânicos (NPO) no valor de 77 milhões de euros, adjudicado aos estaleiros navais ‘West Sea’, informou o ministro. A entrega dos NPO acontecerá até 2018, acrescentou.

Aguiar-Branco defendeu ainda “esta decisão do Tribunal de Contas é uma resposta a todos aqueles que tentaram denegrir esta decisão, inclusivamente invocando-a como sendo uma decisão que não tinha uma lógica de legalidade”.

Em Junho, a Marinha foi autorizada a adquirir os dois navios-patrolha “por negociação”, e não por concurso, face à “urgência imperiosa” de dispor das embarcações até ao ano 2018, empreitada ganha no final de Julho pelo consórcio liderado pela Martifer. Na altura foi dito que o contrato adjudicado aos estaleiros navais West Sea, detidos a 100% pela Martifer, em consórcio com a Edisoft, teria ainda de passar pelo crivo do Tribunal de Contas.

Estes navios integravam uma encomenda inicial de oito, que foi assumida em 2004 pelo Ministério da Defesa, para substituir a frota de corvetas da Marinha portuguesa com 40 anos de serviço, mas revogada em 2011 pelo actual Governo. A construção dos dois NPO nos estaleiros da West Sea foi anunciada pelo Primeiro-Ministro, em Maio passado.

Aguiar-Branco falava durante a apresentação do livro “A Defesa de Portugal 2015”, elaborado pelo Ministério da Defesa, que enfatizou ser a “última telha do telhado” do seu mandato. “Foi com base numa estratégia pensada desde o início que hoje se coloca a última telha do telhado para poderemos com isso prestar contas (...) no final do mandato”, declarou Aguiar-Branco.

Esta publicação, que foi oferecida a todos os convidados presentes, é composta por 271 páginas a cores e tem como objectivo fazer um balanço dos últimos 20 anos das Forças Armadas portuguesas.



5.900 escolas recebem esta semana 1,2 milhões de alunos

Mais de 1,2 milhões de alunos começam esta semana as aulas num ano em que os mais novos vão poder aprender, pela primeira vez, Latim ou Grego e os mais velhos Mandarim. Este ano a escola começa cerca de uma semana mais tarde do que o habitual, segundo o calendário definido pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC), que dá aos directores escolares a liberdade de escolher o dia em que querem começar as aulas, entre os dias 15 e 21.

No total, serão 5.878 estabelecimentos de ensino que vão receber os cerca de um milhão e duzentos mil alunos da rede do ensino público, segundo os dados mais recentes do MEC.

Depois de o ano passado ter ficado marcado pelos atrasos na colocação de professores, este começa com boas notícias no ensino das línguas mas também com problemas em torno do ensino artístico.

Pela primeira vez, os alunos mais novos vão todos aprender inglês, mas também poderão ter aulas e descobrir curiosidades sobre o Latim e o Grego, graças a um novo projecto de Introdução à Cultura e Línguas Clássicas.

Um dos objectivos desta iniciativa, destinada aos alunos desde o 1.º ao 9.º ano, é inverter a tendência dos últimos anos que quase condenou o Latim e o Grego ao esquecimento.

Outra novidade é a obrigatoriedade do ensino do Inglês para todos os alunos que agora entram para o 3.º ano.

A mudança obrigou à definição da habilitação profissional para leccionar inglês no 1.º ciclo e a criação de um novo grupo de recrutamento que esteve a decorrer durante todo o ano.

Entre os alunos do 9.º ano também há novidades no que toca ao Inglês, já que o teste concebido pelo departamento da Universidade de Cambridge passa agora a contar para a avaliação, com um peso na classificação final que será determinado por cada escola.



Já no ensino secundário, cerca de 400 alunos do 10.º ano dos cursos Científico-Humanísticos de 21 escolas vão poder aprender Mandarim, que até agora existia pontualmente numa ou em outra escola.

Entretanto, as mudanças registadas no modelo de financiamento das escolas de ensino artístico especiali-

zado, que permitem aos alunos frequentar gratuitamente um curso de música ou dança, estão a preocupar professores, alunos e pais que se queixam de cortes de verbas.

O processo de colocação de professores está praticamente concluído, estando por preencher apenas 584 horários, cujo processo já está a decorrer.

Exportações aumentam 6 por cento



As exportações aumentaram 6 por cento e as importações 3,8 por cento no trimestre terminado em Julho de 2015 face a igual período do ano passado, segundo dados divulgados hoje pelo Instituto Nacional de estatística (INE). Segundo o INE, em termos das variações homologas mensais em Julho as exportações de bens aumentaram 5,6 por cento e as importações de bens diminuíram 1,1 por cento face ao mês homólogo (+8,9 por cento e +6,5 por cento em Junho de 2015, respectivamente). Considerando o trimestre terminado em Julho de 2015, o défice da balança comercial diminuiu 175,4 milhões de euros, para -2.597,1 milhões de euros, e a taxa de cobertura situou-se em 83,9 por cento, mais 1,7 pontos percentuais que no período homólogo. No que se refere às variações homologas mensais, o INE atribui o aumento de 5,6 por cento das exportações em Julho sobretudo ao comércio intra-UE (traduzindo o acréscimo verificado na quase totalidade dos grupos de produtos, em especial nas máquinas e aparelhos, produtos agrícolas e plásticos e borrachas). Já as importações diminuíram 1,1 por cento, em resultado da evolução do comércio extra-UE (essencialmente devido aos combustíveis minerais), dado que as importações intra-UE aumentaram. Excluindo os combustíveis e lubrificantes, em Julho de 2015 as exportações aumentaram 5,7 por cento e as importações 5,5 por cento (respectivamente +10,9 por cento e +14,5 por cento em Junho de 2015). No que se refere às variações face ao mês anterior, em Julho de 2015 as exportações aumentaram 3,6 por cento, principalmente em resultado da evolução do comércio intra-UE (sobretudo no calçado e vestuário). Nas importações a taxa de variação foi nula, já que o aumento das importações extra-UE compensou o decréscimo registado no comércio intra-UE.

Há condições para aliviar sacrifícios

O ministro da Saúde admite que “as condições para aliviar os sacrifícios” dos profissionais de saúde “estão programadas”, referindo que o Governo está “a recrutar mais profissionais” e pretende eliminar as reduções salariais. Paulo Macedo falava na cerimónia de assinatura de protocolos entre a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) e 30 instituições de saúde, com vista à melhoria da formação clínica dos estudantes de Medicina, tendo distinguiu a FMUP com a Medalha de Serviços Distintos Grau Ouro do Ministério da Saúde.

Paulo Macedo reitera que “estes quatro anos foram totalmente excepcionais, anormais e atípicos. As pessoas tiveram de fazer sacrifícios, desde logo ao nível das remunerações. Penso que os portugueses reconheceram de forma unânime não só o sacrifício dos profissionais de saúde, como reconheceram a qualidade dos serviços que prestam”. “Hoje temos melhores indicadores genericamente em todas as áreas que se devem aos profissionais de saúde. Temos melhor esperança de vida do que há quatro anos, continuamos a manter uma das melhores taxas de mortalidade infantil do mundo. Temos uma melhor taxa de incidência de tuberculose do que tínhamos e uma melhor taxa de incidência de VIH. Obviamente, que isto se deve ao esforço dos profissionais”, acrescentou.

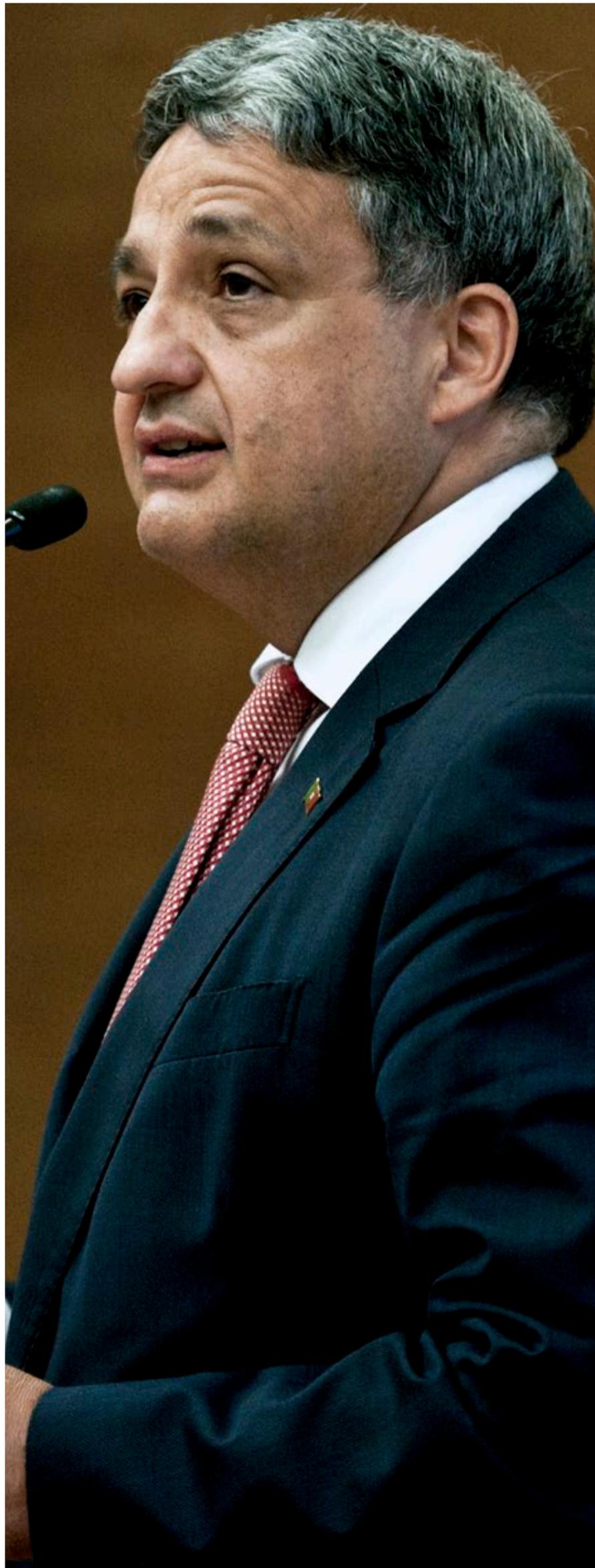
E realçou ainda o facto de a Saúde praticamente não ter feito parte da campanha eleitoral. “Até anteontem [quarta-feira, 9 de Setembro] não se falou da saúde. Eu não sou candidato, não estou aqui em funções eleitorais mas, em relação à falta de médicos de família, de acordo com o programa do PS continuará a não haver [médicos] daqui a quatro anos. Porque a meta continua muito baixa”.

De acordo com as contas do ministro da Saúde, “temos hoje nove milhões de portugueses com médico de família, temos cerca de um milhão de portugueses sem médico de família. Temos cerca de 400 mil portugueses que pediram médico de família. Quer dizer que nem todos os que não têm querem ter. Dos nove milhões que têm, sete milhões são utilizadores. Há dois milhões de pessoas que não utilizam o médico de família”.

Ribeira de Pena vai receber dois novos médicos

O ministro da Saúde afirmou que o Centro de Saúde de Ribeira de Pena, Vila Real, receberá “daqui a 15 dias” dois médicos de família, para substituir os clínicos que se reformaram em Agosto. Em declarações aos jornalistas, à margem de uma cerimónia de assinatura de protocolos entre a Faculdade de Medicina do Porto e um conjunto de unidades de saúde do norte, o ministro confirmou que será feito um reforço “urgente” de quatro clínicos. “Esse caso, de acordo com a informação que a ARS do Norte me deu, é que dois médicos reformaram-se em agosto e daqui a 15 dias estão lá dois novos médicos. Neste interregno, o presidente da câmara foi informado de que o problema estava a ser resolvido, mas mesmo assim há uma manifestação”, sustentou.

Em seu entender, “uma situação que se sabe que já está solucionada, que foi meramente temporária, e que mesmo assim origina uma manifestação, só se compreende porque estamos em campanha”. Por força da aposentação de dois clínicos, o concelho dispunha de um médico de família na extensão de saúde de Cerva, com 2.457 utentes a seu cargo, ao passo que os restantes 3.782 habitantes do concelho apenas são servidos por um clínico já aposentado. Rui Vaz Alves, presidente da Câmara de Ribeira de Pena (PS), disse que “o problema se agudizou há cerca de um mês” e que o município tem insistido e pressionado o Ministério da Saúde, mas que não obteve resposta até ao momento.



José Manuel Fernandes rejeita cortes no apoio aos refugiados

José Manuel Fernandes considera como incoerente e inaceitável a postura do Conselho relativamente aos refugiados e às migrações. O deputado social-democrata acusa o Conselho de contradição nas suas declarações ao cortar na proposta de orçamento para 2016, os instrumentos que combatem os problemas das migrações e dos refugiados, “não é aceitável, não é coerente que o Conselho tenha cortado no Instrumento Assistência de Pré Adesão (119 milhões de euros em pagamentos), no Instrumento Europeu de Vizinhaça (100 milhões de euros em pagamentos) e no Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (143 milhões de euros em pagamentos). A solidariedade não vive de proclamações. A solidariedade faz-se com acções”. O Conselho cortou, em termos globais, na proposta de orçamento da UE-2016, apresentada pela Comissão e aprovada pelo Parlamento Europeu, 1,421 milhões de euros nas despesas de pagamentos e 563 milhões de euros nas despesas de autorização. Recorde-se que a proposta de projecto de orçamento da Comissão para 2016, agora cortada pelo Conselho, era de 153 mil milhões (cerca de 1 por cento PIB UE) de euros em autorizações e 143 mil milhões de euros em pagamentos. José Manuel Fernandes, deputado do PSD e relator do Parlamento Europeu para o Orçamento da UE2016, recorda a união do Parlamento Europeu relativamente à prioridade dos 3 E's - Emprego, empresas e empreendedorismo-, à solidariedade interna e solidariedade externa.

Relativamente ao Programa “Iniciativa Emprego Jovem”, o relator do Parlamento Europeu insiste que esta iniciativa prossiga e para tal deverá ter montantes definidos para despesas de autorização em 2016. José Manuel Fernandes defende ainda o reforço dos montantes para o programa de investigação Horizonte 2020 e para o programa Mecanismo Interligar a Europa. As propostas de alteração à leitura do Conselho serão votadas em comissão de orçamentos na última semana de Setembro, e posteriormente em plenário, seguindo-se a negociação com o Conselho.



Conselho de Ministros de 10 de Setembro de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou um Plano de Acção para Apoio ao Sector Leiteiro, visando estimular o consumo interno, incentivar as exportações, estabilizar os rendimentos dos produtores e promover a inovação e valorização dos produtos lácteos. Entre as acções incluídas no plano, destaca-se uma medida excepcional e temporária de isenção contributiva para a segurança social, por um período de três meses.

Ainda quanto às medidas para estabilizar rendimentos, cabe referir a criação de uma linha de crédito especial para apoio à tesouraria das empresas ou ao investimento, e também a antecipação para Outubro de 2015 dos pagamentos ao sector do leite, na percentagem máxima autorizada pela Comissão Europeia.

2. O Conselho de Ministros aprovou a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 - Por um trabalho seguro, saudável e produtivo.

A Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 foi consensualizada após preparação, discussão e aprovação por unanimidade pelos parceiros sociais e institucionais no Conselho Consultivo para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Trata-se de um instrumento de política global para a promoção da segurança e saúde no trabalho, no período compreendido entre 2015 e 2020, que visa dar resposta à necessidade de promover a aproximação aos padrões europeus em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A aplicação da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 tem como objectivo a redução constante e consolidada da sinistralidade laboral e contribuir, de forma progressiva e continuada, para melhores níveis de saúde e de bem-estar no trabalho.

3. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que estabelece as especificações técnicas do propano e butano, transpondo uma directiva da União Europeia relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel.

Adicionalmente, procede-se à alteração das especificações técnicas dos gases de petróleo liquefeitos por forma a promover a aproximação com as especificações técnicas vigentes noutros Estados-Membros, nomeadamente em Espanha.

Esta medida contribui para a eliminação de barreiras técnicas e para o aumento da concorrência no sector do GPL engarrafado e, conseqüentemente, para uma diminuição do preço de venda ao consumidor.

4. O Conselho de Ministros autorizou a renovação do contrato de concessão do exercício da actividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, por mais sete anos.

O anterior contrato tinha sido celebrado entre o Estado Português e a Exmin, Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S.A., tendo a EDM, Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., assumido, em virtude do processo de fusão por incorporação da Exmin, a posição de concessionária.

A EDM é uma empresa de capital maioritariamente público, que integra o sector público empresarial e cuja missão principal é a recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas, com vista à sua reabilitação e valorização económica.

5. O Conselho de Ministros aprovou a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e também o Estatuto do Instituto Universitário Militar.

Destacam-se, como especificidades do ensino superior militar, cuja ponderação é essencial para a adequada formação dos quadros das Forças Armadas e da GNR, as ciências militares, os órgãos de governo e de conselho adaptados aos princípios da hierarquia militar, a existência da vertente politécnica e a autonomia das unidades orgânicas de ensino.

Nas novas linhas de acção para a reforma do ensino superior militar, destacam-se a criação de um novo modelo de governação comum entre os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar, que passou a incluir um representante da GNR, com a criação de um Instituto Universitário Militar, que integra o Instituto de

Estudos Superiores Militares, a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea e representantes da GNR em órgãos relevantes, com base num modelo de ensino superior militar plenamente inserido no sistema de ensino superior português.

6. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do diploma que regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo a directiva da União Europeia relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Esta alteração visa introduzir as mudanças efectuadas na directiva europeia, no sentido de adaptar o respectivo regulamento aos progressos científico e técnico entretanto verificados e tendo como objectivo maximizar a segurança no transporte terrestre de mercadorias perigosas.

7. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de uma directiva da União Europeia que altera matéria relativa aos indicadores comuns de segurança e aos métodos comuns de cálculo dos custos dos acidentes ferroviários.

Estas alterações têm por finalidade a continuação do processo de harmonização de procedimentos, possibilitando a adaptação das entidades e operadores do sector ferroviário aos imperativos comunitários no domínio da segurança.

8. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado a entidades promotoras das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico que celebrem contratos-programa para o ano lectivo de 2015-2016.

A despesa total autorizada é de aproximadamente 28,9 milhões de euros.

As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são actividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

9. O Conselho de Ministros autorizou o reforço da despesa e a assunção de encargos plurianuais no âmbito da participação do Estado Português no projecto de desenvolvimento e produção da aeronave KC-390.

Assim, a despesa autorizada passa a ter um montante global de 38,3 milhões, para o período de quatro anos.

10. O Conselho de Ministros autorizou ainda o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., a reforçar a despesa relativa à aquisição de serviços de vigilância e segurança, nos anos de 2015 a 2017.

O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., fica assim autorizado, para o referido triénio, a aumentar o montante máximo de cerca de 12,87 milhões de euros para aproximadamente 13,47 milhões, com recurso ao acordo quadro Vigilância e Segurança, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P..

11. O Conselho de Ministros aprovou a substituição do representante do Governo no Conselho Económico e Social, por força da exoneração da presidente do Instituto de Segurança Social, passando a representação a ser assegurada pela nova titular do cargo.



PS devia ter vergonha do que tem feito aos Açores

O grupo parlamentar do PSD/Açores lamenta “o tom absolutamente desbragado e desprovido de razoabilidade da parte dos dirigentes socialistas, que todos os dias se mostram mais preocupados com Duarte Freitas do que em resolver os problemas dos açorianos”. A propósito de declarações públicas do deputado do PS, André Bradford, o social-democrata Luís Rendeiro adianta que “pensava-se que os dirigentes socialistas iam explicar porque é que a SATA não tem lugares nos voos para a Terceira e para muitas das ilhas da Região”. “Pensava-se que era desta vez que algum dirigente socialista ia dizer porque é que a SATA explora os terceirenses, e todos os que querem viajar entre a Terceira e Lisboa, com tarifas que chegam aos 600 euros. Mas sobre isso o silêncio é revelador da impreparação e da irresponsabilidade que grassa no governo regional”, avança o deputado.

“Pensava-se que os dirigentes socialistas iam explicar aos açorianos as dívidas a fornecedores da Atlânticoline, a situação de falência técnica da Transmaçor e a dívida do próprio governo regional à Atlânticoline. Mas sobre esse assunto nem uma palavra”, referiu.

“E pensava-se que os dirigentes socialistas açorianos iam, finalmente, exigir ao governo regional que mostrasse os estudos que diz existirem sobre a construção de dois navios. Mas sobre isso nem uma palavra”, diz Luís Rendeiro.

O social-democrata frisa que, “se é verdade que o Partido Socialista escolhe quem quer para seu porta-voz, não deixa de ser igualmente revelador que, neste caso, tenha escolhido um dos antigos governantes que mais ludibriou a ilha Terceira e os açorianos”.

“André Bradford é o dirigente socialista que exige hoje, por exemplo, que o governo da República faça na RTP/Açores ou na Base das Lajes aquilo que o próprio André Bradford, secretário regional da Presidência, nunca teve coragem de pedir a José Sócrates, quando este era Primeiro-Ministro”, afirma Luís Rendeiro.

Para o deputado do PSD/Açores, “são os dirigentes socialistas que prometeram um cais de cruzeiros antes das eleições e arrumaram os projectos na gaveta depois; que andam a brincar às obras com a Biblioteca de Angra do Heroísmo; que prometeram um centro de radioterapia no Hospital, um Parque de Exposições, um Parque Tecnológico e tantas outras coisas não concretizadas; que andam a enganar os terceirenses e os açorianos todos os dias”. “Os açorianos ganham mais se o governo regional e os dirigentes socialistas se concentrarem em resolver os muitos problemas que andaram a criar nos últimos anos”, considera.

Luís Rendeiro afirma que, “se o PS cumprisse aquilo que prometeu, a ilha Terceira não estaria na situação em que se encontra. Estaria, isso sim, preparada para responder aos grandes desafios que tem pela frente”.



Autarca de Vila Franca do Campo desrespeita o direito da oposição



O PSD de Vila Franca do Campo acusa o presidente da Câmara Municipal de “não cumprir a lei que rege as reuniões da autarquia, violando a democracia e consequentemente o direito de oposição”. “Trata-se de um atropelo aos direitos de quem também foi eleito pelos vilafranquenses”, lamenta a presidente da concelhia e também vereadora, Sabrina Coutinho Furtado. A social-democrata considera que “a Câmara deliberou por maioria, com voto contra dos vereadores do PSD, passar a realizar as reuniões com uma periodicidade mensal, sob proposta do presidente da câmara, Ricardo Rodrigues, que alega não haver assunto para as reuniões da autarquia. Mesmo se verificamos, na última ordem de trabalhos, que há assuntos que aguardam deliberação há 6 meses”, diz Sabrina Coutinho Furtado.

“A lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, é clara”, refere a social-democrata, explicando que “as reuniões de Câmara são semanais ou quinzenais, caso se ache conveniente. Contudo, pedimos esclarecimento à DROAP, para que não restassem dúvidas, que nos confirmou existir uma clara violação da lei. E em consequência, da democracia e do direito da oposição”, afirma.

“Aliás, a periodicidade das reuniões de Câmara é fixada, para o restante mandato, na primeira reunião do órgão. No caso de Vila Franca do Campo, deliberou-se reunir quinzenalmente”, lembra a vereadora do PSD, que recorda o facto de “não estarmos num regime de partido único. Pelo que não abdicamos de representar quem nos elegeu. Assim como não abdicamos do direito de questionar, acompanhar e de, algum modo, fiscalizar as acções deste executivo. E a lei é para cumprir”, conclui Sabrina Coutinho Furtado.

Depois de verificada a acta da reunião onde foi decidida a mudança, e onde constam as declarações de voto, os vereadores do PSD em Vila Franca do Campo pretendem recorrer da decisão camarária para o Tribunal Administrativo, em defesa da legalidade e do Estatuto da Oposição.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

As moções aprovadas (por unanimidade) no Conselho Nacional

Prosseguir a política de progresso económico e de desenvolvimento do País

O Conselho Nacional do PSD, reunido em Lisboa, no dia 13 de Setembro de 1986, tendo, em cumprimento da sua ordem de trabalhos, procedido à análise da situação política nacional.

1 — Congratula-se com as últimas medidas sociais tomadas pelo Governo presidido pelo prof. Cavaco Silva, nomeadamente o aumento das pensões e reformas, porquanto revelam a prossecução de uma verdadeira política social-democrata de atenção permanente às camadas mais desprotegidas da população.

2 — Por outro lado, reconhece o conselho nacional que tais medidas só são possíveis graças à política que o governo sempre prosseguiu, de combate aos desperdícios dos dinheiros públicos, política que tem tido sempre a obstrução de alguns partidos de oposição, que continuam a dar sinais evidentes de que não vão, no futuro, mudar de atitude.

Mais,

3 — Considera mesmo o Conselho Nacional do PSD que tal como vem acontecendo, alguns dos partidos políticos da oposição continuam, claramente, subordinadas às opções estratégicas do Partido Comunista, visando, por todos os meios, dificultar a política de desenvolvimento económico, de progresso, de boa administração dos dinheiros públicos, em suma, de criação de melhores condições de vida para os Portugueses, que o Governo do prof. Cavaco Silva vem, com êxito reconhecido, prossequindo.

4 — Por tudo isto, o C.N. do PSD expressa ao prof. Cavaco Silva e ao seu Governo, inteira solidariedade, estando certo que, com a determinação de sempre, tal política continuará a ser implementada.

A autonomia regional tem contribuído para o reforço da unidade nacional

A autonomia regional sempre foi considerada pelo Partido Social Democrata como a resposta mais adequada às condições específicas e às necessidades próprias das regiões insulares, sendo disso significativa prova a obra produzida pelos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, nestes últimos dez anos.

Considera o PSD que a autonomia regional tem efectivamente contribuído para o reforço da unidade nacional e de solidariedade entre os portugueses, no respeito total pela integridade da soberania do Estado.

Neste contexto, em relação à polémica sobre a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho Nacional do PSD, ao mesmo tempo que renova a afirmação clara do respeito que é devido à decisão presidencial sobre a matéria, considera que não são legítimas quaisquer dúvidas sobre o patriotismo e o portuguesismo dos açorianos em geral e dos açorianos social-democratas em particular, menos ainda com base num simples preceito de leitura, porventura, equívoca. O Conselho Nacional do PSD manifesta ainda a sua firme convicção de que não houve qualquer intenção por parte da Assembleia Regional dos Açores de ferir os princípios da unidade nacional e da integridade da soberania do Estado.

O PSD entende também manifestar o seu firme propósito de tudo fazer para que no seio do órgão de soberania competente, a Assembleia da República, seja encontrada, com a serenidade que as circunstâncias aconselham, solução adequada que afaste as dúvidas sobre a total prevalência dos símbolos nacionais.

O PSD tudo fará, igualmente, para que não haja quebras de confiança entre os portugueses, vivam eles onde viverem, e para que não haja equívocos no relacionamento entre o Governo próprio das Regiões Autónomas e os órgãos de soberania.

O Conselho Nacional entende que o Governo procedeu bem ao não intervir no processo de revisão do Estatuto dos Açores, matéria da exclusiva competência da Assembleia da República.

Cavaco Silva

Defesa intransigente da autodeterminação de Timor

«Surpreendeu-me bastante, que tenham aparecido notícias totalmente distorcidas, relativamente a eventuais afirmações minhas sobre Timor», afirmou o primeiro-ministro, Cavaco Silva, no final de uma audiência com o Presidente da República, a quem foi informar das conversações que teve ao mais alto nível, durante a viagem realizada aos Estados Unidos.

«Durante a viagem não fiz qualquer referência a Timor», adiantou Cavaco Silva, para recordar que «apenas uma vez, numa conversa muito informal e aludindo a que neste momento ocorrem contactos no âmbito das Nações Unidas sobre o território, eu terei dito que a Indonésia está interessada em criar

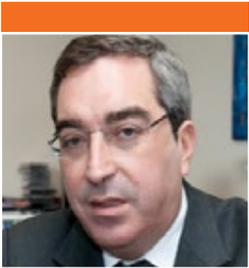


O Presidente Reagan e o Primeiro-Ministro de Portugal, Prof. Cavaco Silva, durante as conversações na Casa Branca, em Washington

(Continua na página 2)

**CRÉDITO
À HABITAÇÃO
MAIS FÁCIL
PARA
FAMÍLIAS
NUMEROSAS
E JOVENS
CASAIS**

(Página 4)



Uma Nova Ciência

Jaime Quesado (*)

Muito se tem falado sobre a Crise na Ciência em Portugal. A mensagem que vem dos grandes mercados internacionais é muito clara – só com uma aposta séria numa Ciência inteligente será possível desenvolver uma economia inteligente, com efeitos no mercado. Portugal precisa de estar nesta rota e importa mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional capaz de agarrar este desafio. Numa época de crise complexa, o objectivo da aposta numa Ciência Inteligente implica uma mobilização das competências nacionais para uma Nova Agenda. Portugal tem que saber agarrar esta nova oportunidade associada às opções europeias e a participação integrada das empresas, universidades e centros de inovação será fundamental.

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma “economia interna” de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum “crescimento artificial” baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro.

Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua presença activa nas Novas Redes Inteligentes de Inovação e Competitividade, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos “Pólos de Competitividade” em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para captação de “IDE de Inovação”.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



VINHAI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vinhais, para reunir no próximo dia 26 de Setembro de 2015, (Sábado), pelas 18h00, na Sede, sita no Largo do Arrabalde, nº 17, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações pela Comissão Política da Secção
- 2 - Análise da situação político-partidária
- 3 - Outros assuntos



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção da JSD ÁGUEDA, para reunirem no dia 17 de Outubro de 2015, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, nº 13, pelas 17:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Um: Discussão e análise dos resultados das eleições legislativas;
- Ponto Dois: Discussão e Análise da situação político-

- partidária local;
- Ponto Três: Tomada de posse dos novos coordenadores dos gabinetes de apoio à CPS;
- Ponto Quatro: Outros assuntos.

NÚCLEO DE ALCAINS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Concelho Branco, para reunir, no dia 24 de Outubro de 2015, Sábado, pelas 14 horas, na Estrada de São Domingos, n.º 74, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição do Núcleo Residencial da JSD de Alcains.

Notas:

A urna estará aberta das 14h00 às 16 horas do mesmo dia.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Juventude Social Democrata da Secção do Cartaxo, para reunir no dia 2 de Outubro de 2015, pelas 21 horas, na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1.º Direito, no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM – Análise da Actividade da Comissão Política da JSD Cartaxo;

PONTO DOIS – Análise da campanha legislativa e perspectivas eleitorais;

PONTO TRÊS – Outros Assuntos;

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 29 de Setembro de 2015, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros Assuntos;

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Oeiras, para reunir entre as 18h e as 20h do dia 17 de Outubro de 2015 na sede do PSD de Oeiras, sita no Largo Avião Lusitana número 15, Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Oeiras.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Concelhia de Oeiras, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Oeiras, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.